

tam milhares, cooperaram lançando os alicerces da Pátria independente, e defendendo os direitos humanos, dos descendentes dos pré-cabralinos”.

Encerrando a oportuna reflexão, volta a advertir:

“A história pátria e os grandes vultos que nela se projetaram, vistos por esse prisma, convidam para a tomada de consciência das responsabilidades do presente”.

Na abertura que vem sendo facultada pelo franciscano historiador, caberia indagação sobre a presença das mulheres franciscanas terceiras e enclausuradas, no contexto da atuação da Igreja no Brasil.

Certo, ainda ao que se saiba, não se tem uma visão global, equilibrada, em termos de crítica, do papel das ordens religiosas na pátria brasileira. Parâmetro que somente se facultaria através de uma infra-estrutura de pesquisas nos arquivos do país e do estrangeiro, do qual o pioneirismo, o auto-didatismo de Frei Venâncio vem arrancando o maior respeito. Seja, a nível de sugestão, uma outra pesquisa já realizada ou a ser complementada sobre essa extraordinária quase desconhecida *Maria Rosa Leitão*, que a nota nº 9 da página 49, suscintamente informa: “D. Maria Rosa Leitão, viuva de Pedro Leitão, prestara aos jesuitas bons serviços de catequista e intérprete nas confissões dos índios, até que o primeiro bispo de Salvador (Fernando Sardinha) proibiu o emprego de intérpretes nas confissões (Cf. ANAIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, nº 49, página 9, 1936 e *Leite* (Pe. Serafim), Nóbrega, doutíssimo, in BROTERIA. Lisboa, volume 72, página 424, 1961).

Com a transcrição do que se poderia afigurar como um apetitoso *hors d'oeuvre* para o paladar dos interessados na História Social, a ressalva de que, colocar problemas seria uma outra maneira de encerrar estas notas decorrentes da leitura do último livro de Frei Venâncio Willeke, *Franciscanos na formação do Brasil*.

MARIA REGINA

\* \* \*

BOURDON (Léon). — *José Corrêa da Serra. Ambassadeur du Royaume-Uni de Portugal et Brésil à Washington, 1816-20*. Paris. Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português. 1975. 668 pp.

Léon Bourdon, professor na Sorbonne, ligou-se intimamente a Portugal, interessando-se por sua língua, História e cultura, que ensinou e contribuiu para divulgar. Já menor é seu interesse pelo Brasil, embora, entre suas obras,

haja a edição das *Notes Dominicales*, de Louis-François de Tollenare, francês que esteve em terras de Portugal e Brasil em 1816, 17 e 18. O depoimento do viajante sobre nosso país é valioso, pois viveu em Pernambuco durante a revolução de 1817, sobre a qual dá pormenores. Bourdon fez a edição definitiva do texto, recentemente. Seu empenho, no entanto, está sobretudo em Portugal, como atesta sua mais recente publicação — esta, que dedica a José Corrêa da Serra, embaixador em Washington, de 1816 a 20.

Para realizá-la, fez ampla pesquisa em arquivos portugueses — Torre do Tombo, sobretudo — e norte-americanos — Arquivos Nacionais de Washington, Biblioteca do Congresso, além de outros —, examinando também o Museu Britânico, as Bibliotecas Nacionais de Lisboa, Paris, Rio de Janeiro, bem como instituições científicas inglesas e francesas. Leu tudo quanto encontrou, em documentos originais como cartas, rascunhos, notas diplomáticas, não só do agente português às autoridades de seu país e dos Estados Unidos como aos amigos, ou papéis de funcionários norte-americanos. Leu também os jornais da terra em que atuava — dos quais dá mostras notáveis na documentação que transcreve —, os livros referentes a seu tema.

Este é bem delimitado: a atuação do diplomata em Washington, de 1816 a 1820. Sobre o assunto escreve longo estudo de 203 páginas, seguido de documentário de mais de 400 páginas, num total de 392 documentos, severamente escolhidos. Por eles se pode ter boa imagem da vida política dos Estados Unidos e das relações entre este país e Portugal, com muito de interesse para o Brasil, como não podia deixar de ser, pelo fato de o governo estar então no Rio de Janeiro. Concentrando-se no tema, sem dispersão, Bourdon não fala das atividades de quem estuda como naturalista, apenas referidas; sabe-se que o abade teve formação científica e foi fundador, juntamente com o Duque de Lafões, da Academia de Ciências de Lisboa, em 1779, de tanta importância em Portugal, na tentativa de criação de nova mentalidade, projetando-se na ação governamental lá e no Brasil, como se sabe e não é destacado aqui, pois o objetivo do autor não é retrato de corpo inteiro do homem que estuda.

O ensaio é rico de perspectivas e bem documentado. Não há afirmativa sem comprovação. Estudo exemplar, de boa arquitetura, ganharia em facilitar ao leitor com alguma divisão em capítulos, com matérias separadas: o texto é compacto e se desenvolve sem subdivisões, como unidade de 203 páginas. O tratamento é cronológico, os assuntos não se misturam, de modo a fazer confusões, mas o certo é que seu entendimento seria mais fácil com alguma divisão. Corrêa da Serra, depois de estudar em Nápoles e em Roma, seguindo cursos de Direito, Filosofia e Botânica, recebeu ordens religiosas em 1775. De volta a Portugal, em 77, ajuda na criação da Academia, como se viu. Volta a Roma por quase três anos e está de novo em sua terra, em 1788, quando empreende a *Colação de livros inéditos da História portuguesa*. Por dificuldades políticas, vai para Londres, em 1797, sendo acolhido por pessoas

que o introduzem em sociedades científicas. O Conde de Linhares o nomeia Conselheiro da Legação na Inglaterra, em 1801, mas ele se desentende com o embaixador e segue para Paris, em 1801 ou 1802, frequentando instituições científicas. Deixa a França em 1812 e vai para os Estados Unidos, logo fazendo relações. É nomeado ministro plenipotenciário em Washington, em 1816, cargo em que se conserva até fins de 1820. Volta a Portugal, em 1821, onde exerce funções de deputado no ano seguinte, mas só por pouco tempo, pois morre em 1823. Há muito estava doente, como se vê por suas cartas, quando se queixava do rigor do clima — desde 1815 — e pretendia deixar o posto. São informações que se encontram aqui (p. 1-2, principalmente), ou, com pormenores, sobretudo com a relação de seus principais escritos de natureza científica, em Inocêncio Francisco da Silva, no *Dicionário Bibliográfico Português* (Tomo 4, Lisboa, 1860, p. 336-41; Tomo 12, Lisboa, 1884, p. 332-37).

O exercício do posto diplomático foi bem sucedido. O agente contava com preparo indispensável e a capacidade de fazer amigos: tornou-se admirado do que havia de importante no país, como se vê em depoimentos de Madison, Quincy Adams, Monroe, e, sobretudo, Jefferson, atestado em citações do texto de Bourdon ou em documentos daqueles estadistas, transcritos no volume. Ativo, empenhou-se sobretudo na luta ao contrabando e à pirataria, que atacava navios portugueses até em portos. Protestava sempre junto às autoridades e teve influência na legislação votada pelo Parlamento no combate aos infratores. Terá influído o panfleto que publicou em 1819, de 100 páginas, sob o título *An Appeal to the Government and Congress of the United States against the depredations committed by American Privateers on the Commerce of Nations at peace with us*, assinado “by an American Citizen”. Não é uma obra polêmica, mas jurídica, afirma o crítico, que não tem dúvida quanto à autoria do diplomata português (p. 147). Se a ação da pirataria não foi debelada, foi pelo menos diminuída.

Outro aspecto significativo de sua atuação é a idéia de um “sistema americano”, que expõe às autoridades dos Estados Unidos e influi em Jefferson. Este é que trata da idéia, cuja expressão mais completa está na Doutrina Monroe, em 1823. Bourdon mostra os antecedentes nas obras de Thomas Paine — o *Common Sense*, de 1776 — ou na do Abbé de Pradt — *L'Europe après le Congrès d'Aix-la Chapelle*, de 1819 (p. 164-5). A organização do sistema americano é pensada por Jefferson, que sobre ela muito ouviu do embaixador e amigo português, que imaginou o sistema sob a direção dos dois maiores países do continente — Estados Unidos e Brasil —, como se lê em carta a Madison em 1816 (p. 166). Monroe, em carta de 1820 a Quincy Adams, fala das exposições de Corrêa da Serra sobre o assunto (p. 167-8). O problema é que nas idéias do diplomata o Brasil aparece em função de Portugal, não se concebendo um “sistema americano” com uma presença européia. O fato é bem compreendido por Quincy Adams em seu procedimento como autoridade — Secretário de Estado de Monroe — e em suas *Memórias*, aqui cita-

das, nas quais denuncia a presença portuguesa e até mesmo a do Brasil, com uma dinastia Bragança. Para Quincy Adams, o “sistema americano” existe, mas é constituído pelos Estados Unidos, só pela República, em uma visão do que realmente se daria com a Doutrina Monroe (o texto de Adams é de 1820, citado à p. 178; o trecho das *Memórias* é transcrito como o Documento nº 336 — p. 588-90). De qualquer modo, consigne-se a atuação do representante português, que liga seu nome a uma idéia que teria tanto eco. O presente estudo o comprova.

O Brasil não está ausente nos cuidados do embaixador. Além de parte do Império, era na época a sede do governo. O que de mais interessante aparece é a longa preocupação com o movimento de 1817 no Nordeste, sobre o qual se escreve bastante neste livro (p. 30-84, 92-5), ou se documenta com transcrições de jornais dos Estados Unidos que tratam do fato. Corrêa da Serra preocupou-se muito, pois lá estava Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá, como agente dos revolucionários pernambucanos, em busca de apoio. Desde sua chegada o diplomata não descansa, seguindo-lhe os passos e dando notícias às autoridades: terá assim criado dificuldades ao agente nordestino, como se vê em muitas passagens. Reacionário, inimigo da liberdade dos latino-americanos, denuncia a ligação dos “demônios de Pernambuco” com a “formidável cabala dos rebeldes espanhóis”, em carta de julho de 1818 a Vilanova Portugal (p. 400). Como se vê pela documentação, há muito a ser estudado sobre 1817 nos jornais e na correspondência diplomática dos Estados Unidos. Em outra carta ao mesmo Vilanova Portugal, pouco anterior (junho 1818), fala sobre o problema das terras no Brasil, com sugestões (p. 397). Ele nunca esteve no Brasil. Quando saiu dos Estados Unidos pretendia vir para o Rio de Janeiro, mas foi por navio inglês à Inglaterra e de lá a Portugal (p. 186-7). Nesse meio tempo a Corte voltou a Lisboa e ele por lá permaneceu.

Como se nota pela exposição, Corrêa da Serra era grande trabalhador: defendia incansavelmente os interesses de seu país, como se comprova em informes de 1816 sobre o comércio entre o Brasil e os Estados Unidos (p. 19), na denúncia do contrabando, na campanha pela perseguição ao negócio ilícito, que o leva até a escrever livro que terá influído no Parlamento norte-americano e na votação de leis repressoras, na vigilância dos passos dos revolucionários do Nordeste em busca de apoio, na pregação do “sistema americano”. Bourdon tem dele a melhor imagem: chega a escrever que se poderia esperar de sua pena um livro sobre os Estados Unidos “mais sincero que o de Chateaubriand (*Voyage en Amérique*)” ou “não menos clarividente que o de Tocqueville (*Démocratie en Amérique*)”, o que é ser até enfático (p. 201-2). Para o crítico, nenhum americano de seu tempo visitara tão atentamente todos os Estados da União, nenhum estrangeiro penetrara mais sutilmente na política do país (p. 202). Em síntese: “graças à sua preciosa intimidade com Jefferson e Madison, (...), Corrêa da Serra teve o privilégio de intervir pessoalmente na elaboração de suas grandes doutrinas fundamentais, (...) a doutrina da neutralidade ame-

ricana e a doutrina da especificidade do hemisfério ocidental, sobre as quais devia invariavelmente repousar a política exterior dos Estados Unidos durante todo um século". Seu nome merece ocupar um posto de primeiro plano "na história das relações diplomáticas luso-americanas" (p. 202-3).

Louve-se, portanto, o estudo de Léon Bourdon, pelo que aprofunda e revela. O livro é valorizado por índices minuciosos. A edição é graficamente perfeita. Um livro de categoria, pois, a enriquecer a bibliografia do professor francês que se preocupa com Portugal e o Brasil.

FRANCISCO IGLÉSIAS

\* \* \*

FEUERWERKER (David). — *L'emancipation des Juifs en France*. Collection L'évolution de L'humanité. Paris, Albin Michel, 1976, 775 pp.

Afirmar que a série "A evolução da humanidade" tem dado, desde sua fundação, por Henri Berr, contribuição das mais expressivas para o estudo da História, é, um truísmo. As dezenas de títulos já publicados constituem-se em prova substantiva, eliminando a necessidade de qualquer adjetivação.

A chamada História Judaica tem sido privilegiada na coleção. As obras de Lods e de Guignebert, notadamente *Israel, das origens até meados do século VIII*, do primeiro, já ultrapassaram os estreitos limites do mundo acadêmico, para adquirirem o *status* de leitura indispensável para qualquer interessado no tema.

Rigorosamente, a obra de Feuerwerker, não pode ser colocada lado a lado com as acima referidas. Dificilmente poderíamos classificá-la como obra de síntese — pelo menos de grande síntese. Pelo contrário, é um trabalho de minuciosa elaboração, fruto de longa pesquisa documental e centrada num tema específico.

A obra divide-se em três (longas) partes, após uma rápida introdução. (A propósito, é pena que num livro em que o fator economia de páginas parece não ter entrado (afinal, é um "tijolo" de 775 páginas) o autor não tenha se dedicado a discutir com mais vagar os problemas metodológicos. Afinal, sua formação, que inclui doutoramento na Sorbonne e suas funções atuais de professor nessa Universidade e na de Montreal exigiriam uma elaboração maior do quadro teórico em cima do qual trabalhou). A primeira, denominada "Do antigo regime à Revolução" (1781-1789) procura discutir os pródromos da emancipação que, segundo o Autor, iniciam-se a partir da abolição da peagem corporal, em janeiro de 1784.